

PARTE 03
ANEXO
METODOLOGIA DE TRABALHO COM A COMUNIDADE

ÍNDICE

1 METODOLOGIA DE TRABALHO COM A COMUNIDADE.....	88
1.1 Relato das Audiências Públicas e Visitas Técnicas.....	89
1.1.1 Análise de Pesquisa de Campo.....	93
1.2 Atividades da Prefeitura de Paranaguá na Área de Seguridade Social.....	95

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - AGENDA DE REUNIÕES: PLANO DIRETOR COM A COMUNIDADE.....	90
QUADRO 2 - DIAGNÓSTICO TEMÁTICO GERAL.....	91
QUADRO 3 - DIAGNÓSTICO TEMÁTICO POR GRUPOS TERRITORIAIS.....	92

ÍNDICE DE FOTOS

FOTO 1 – REUNIÃO ILHA DO AMPARO.....	98
FOTO 2 – REUNIÃO ILHA DO AMPARO.....	98
FOTO 3 – REUNIÃO ESCOLA MUNICIPAL ARMINDA PEREIRA.....	99
FOTO 4 – REUNIÃO ESCOLA RURAL MUNICIPAL JOSÉ CHEMURE.....	99
FOTO 5 – REUNIÃO ESCOLA MUNICIPAL TIRADENTES.....	99

1 METODOLOGIA DE TRABALHO COM A COMUNIDADE

De acordo com as determinações do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado deve contemplar em sua elaboração a Gestão Democrática da Cidade, com a participação da população em todas as etapas do projeto, na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos. Ainda, segundo o Estatuto da Cidade, essa participação deve ocorrer em todas as decisões de interesse público, garantindo a gestão democrática. Alguns instrumentos são imprescindíveis para o alcance dos objetivos, tais como: instituição de órgão de política urbana, debates, audiências públicas, consultas públicas, conferências, planos e projetos de lei de iniciativa popular, referendos e plebiscitos.

Seguindo essas diretrizes, esse plano de trabalho busca alcançar participação popular em níveis significativos e, para tanto se trabalha com metodologias de participação social de representação global e segmentada. Na participação global temos como objetivo a participação de toda a população, através de reuniões, nas diversas regiões do município, com maior número de moradores. Tais reuniões serão divididas em duas etapas: a primeira será para a comunidade local fazer um diagnóstico dos problemas da cidade e de seus Bairros e serão divididos em regiões; na segunda etapa os moradores serão convidados a participar do plano de elaboração de propostas e projetos, definindo, ainda, as prioridades de cada região da cidade.

A legitimidade e a garantia da participação decisória está assegurada nas audiências públicas que serão realizadas ao final de cada etapa do projeto. Nessas audiências, com ampla divulgação por parte da Prefeitura Municipal de Paranaguá, a população deverá votar democraticamente nas propostas apresentadas pela equipe técnica FUNPAR/UFPR que participa da execução do Plano Diretor. Após a aprovação pública do Plano Diretor, este deverá ser encaminhado à Câmara Municipal de Paranaguá, para sua aprovação formal. Todo o processo deverá ser acompanhado por uma equipe técnica e representantes da comunidade, os quais foram eleitos na primeira audiência pública. Esses representantes eleitos fazem parte do que se denomina de participação fragmentada, isto é, pessoas de diversos segmentos sociais da Cidade.

Vale ressaltar que em razão do desconhecimento, por parte da população, do que seja um Plano Diretor, fazem parte ainda do trabalho de participação democrática, reuniões e palestras com todos os segmentos sociais, bem como entrevistas da equipe junto aos meios de comunicação local (rádios e jornais), com o objetivo de explicar o que é o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

1.1 Relato das Audiências Públicas e Visitas Técnicas

Nesta etapa de diagnóstico da situação, foram agendadas e realizadas as primeiras reuniões com as comunidades pesqueiras, rurais e urbanas, cujo resultado foi um esboço do diagnóstico *in loco* dos principais problemas da cidade.

A participação das associações de moradores de cada Bairro, nessa etapa do trabalho foi determinante para obtenção das informações, base do diagnóstico. Cabe lembrar que participação social não é somente determinada por lei, mas também construída em processo educativo e sistemático de conversas, de visitas e de contato junto aos grupos e comunidades, para que daí emanem as principais decisões sobre a Cidade.

No Quadro 1 tem-se a agenda das reuniões com data, horário, local e quais as comunidades e grupos participantes.

Feitas as reuniões, com anotação das informações prestadas pelos moradores, elaborou-se o quadro do diagnóstico temático geral, no qual foram obtidas não apenas as informações necessárias ao diagnóstico social, mas as questões apresentadas pelos moradores, agrupadas por assuntos. Este quadro permite verificar que a divisão clássica em que as disciplinas acadêmicas segmentam a realidade - economia, território, infra-estrutura, políticas setoriais: saúde, educação, emprego, habitação – não encontra correspondência automática no mundo real. Para os moradores, como realmente ocorre na vida cotidiana, as partes do real se apresentam entrelaçadas em um sistema de rede social, em que a modificação (ou não) de um aspecto da vida social, afeta todos os demais e, ao mesmo tempo, é afetada por ele(s).

Como parte do trabalho de pesquisa direta com a população, as informações foram organizadas por área territorial – Porto, aspectos históricos e de patrimônio, econômicos, ambientais, sociais, infra-estrutura e serviços, e demandas sociais - podendo verificar que os olhares e as experiências sobre os temas abordados em alguns casos são absolutamente contraditórios. Ou seja, o Porto, por exemplo, pode ser a solução para alguns grupos territoriais, enquanto para outros ser o foco (origem) de problemas. Esta informação é de suma importância porque é através dessas “leituras micro” da realidade social que o município pode planejar suas ações visando maior cobertura com alto grau de eficácia e efetividade.

Quadro 1 - Agenda de Reuniões: Plano Diretor com a Comunidade

DATA	HORÁRIO	LOCAL	REUNIÃO
21/11/2005	14:00	Associação de Moradores	Ilha de Piaçaguera
21/11/2005	18:30	Escola Municipal Almirante Tamandaré Responsável: Marcos Aurélio Theodoro	Bairros participantes: Jd. América, Jd. Guaraituba, Santos Dumond, Asa Branca, Baixada Santos Dumond, São Vicente, Itiberê, Estradinha e Ponta do Caju.
22/11/2005	14:00	Associação de Moradores	Ilha do Amparo
22/11/2005	18:30	Escola Municipal Randolpho Arzua Responsável: Antonio Carlos G. Klukiewiz	Bairros participantes: Beira Rio, Vila Guarani, Padre Jackson, Porto dos Padres, Vila Cruzeiro, Portuária, Vila Ruth, Becker, Serraria do Rocha, Rocio, Alboit, Guadalupe, Jardim Santa Rosa
23/11/2005	14:00	Associação de Moradores	Europinha
23/11/2005	18:30	Escola Municipal Arminda Pereira Responsável: Thiago Hamilton R. Teodoro	Bairros participantes: Colônia Santa Rita, Vila do Povo, Vila São Carlos, Emboguaçu, Vila Santa Cecília, Jardim Iguaçú, Vila Santa Helena
24/11/2005	14:00	Escola Rural Municipal José Chemure Responsável: Antonio Domingos dos	Colônias participantes: Maria Luiza, Pereira, Santa Cruz, Quintilha, etc.....
24/11/2005	14:00	Escola Municipal Tiradentes Responsável: Nilson Cordeiro	Bairros participantes: Alexandra, Quilômetro 19, Rio das Pedras, Morro Inglês, etc.....
24/11/2005	18:30	Escola Municipal Prª Roseclair da Silva Responsável: Erickson Torres Lagos	Bairros participantes: Jd. Esperança, Vila Garcia, Vale do Sol, Ouro Fino, Jd. Paraná, Porto Seguro, Jd. Paranaguá, Cjto. Cominese, Vila dos Comerciantes, Cjto. Nilson Neves, Costa Sul, Bertioga, Parque Agari, Labra, Casa da Família, CAIC, Divinéia, Samambaia, Parque São João, Jardim Jacarandá
25/11/2005	14:00	Associação de Moradores	Ilha de Eufrasina : foi cancelada mau tempo
25/11/2005	19:00	Escola Municipal Graciela Dias Responsável: João Carlos	Ilha dos Valadares
26/11/2005	14:00	Escola Municipal Luiz Vaz de Camões Responsável: Luiz César Paiffer	Bairros participantes: Costeira, Oceania, Centro Histórico, João Gualberto, 29 de Julho, Campo Grande, Alto São Sebastião, Industrial, Vila Horizonte, Jd. Figueira, Bockmam, Palmital, Alvorada, Eldorado, Correia Velho

Obs: As reuniões de 21/11/2005 às 18:30 e de 26/11/2005 às 14:00 horas não ocorreram por falta de *quorum*.

Apesar dos dados falarem por si, merece destaque a grave situação social da Ilha dos Valadares, de grande concentração populacional e local onde todos os problemas que as comunidades apontaram, é um caso especial onde, de todos os problemas apresentados como graves nos Bairros de Paranaguá, aqui eles tiveram uma representação agravada, pela densidade populacional em local de risco social.

Quadro 2 - Diagnóstico temático Geral

Temas	O que tem	O que falta	Observações
Porto	Geração de emprego	Vínculo com a Cidade Melhores empregos.	Não há cursos de qualificação para atividades do Porto
Aspectos históricos e de Patrimônio	Casas velhas, e outros espaços.	Reformas, atividades Culturais. Trabalhos valorizando a história de Paranaguá	Falta valorização de Patrimônio e da história da cidade
Aspectos Econômicos	Agro-industria Pesca Comércio e Serviços	Investimento Compatibilizar Leis Ambientais com possibilidade de Geração de emprego.	Ilhas e Colônias com problemas graves na área social causados pela dificuldade de geração de renda
Aspectos Ambientais	Grandes áreas protegidas por Leis Ambientais	Compatibilizar Leis Ambientais e Desenvolvimento Social	Área Rural comprometida e sem capacidade de desenvolvimento o que compromete todas as
Aspectos Sociais	Educação Municipal de 1ª. a 4ª. Saúde Ação Social e Criança Cultura Habitação Segurança	Educação de 5ª. a 8ª. e ensino médio Estrutura para escolas integrais. Organizar toda a rede de atendimento básico. Falta organização das demanda Creches. Integração junto às outras atividades educativas e Sociais da cidade Estrutura habitacional municipal Com sérios problemas de ocupação desordenada em áreas de restrição Ambiental Posto policial e policiais nos Bairros	Demanda estadual Falta de comunicação entre as Secretárias, para melhor utilização dos recursos, pessoais e econômicos. Serviços deficitários, sem coordenação entre as diversas secretarias e a população. Casas em sub-condições de habitação, Insalubre. Demanda estadual
Infra-Estrutura e Serviços	Abastecimento de água Energia Elétrica Sistema Viário e Transporte	Sistema de esgoto, Falta atendimento de serviços básicos a população em situação de risco Desordenado.	Não tem sistema de esgoto, o que pressiona o sistema de água pluvial. Provocando graves problemas de enchente e alagamento habitacional.
Demandas Sociais	Os Serviços não atende a demanda	Integração entre serviços municipais e comunidade, ampliação dos atendimentos de serviços emergenciais.	Grave problema com sistema de coleta de lixo, que acaba por pressionar outros serviços municipais.

Quadro 3 - Diagnóstico temático por grupos territoriais.

Temas	P. Ribeirinha	Colônias	Bairros de Paranaguá
Porto	Só prejudica a vida da comunidade	Importante	Não há cursos de qualificação para atividades do Porto, Vínculo com a Cidade
Aspectos históricos e de Patrimônio	Casas velhas, e outros espaços.	Trabalhos valorizando a história de Paranaguá	Falta valorização de Patrimônio e da história da cidade Reformas, atividades Culturais.
Aspectos Econômicos	Compatibilizar Leis Ambientais com possibilidade de Geração de emprego.	Ilhas e Colônias com problemas graves na área social causados pela dificuldade de geração de renda	Investimento Compatibilizar Leis Ambientais com possibilidade de Geração de emprego.
Aspectos Ambientais	Grandes áreas protegidas por Leis Ambientais	Área Rural comprometida e sem capacidade de desenvolvimento o que compromete todas as atividades sociais	Compatibilizar Leis Ambientais e Desenvolvimento Social
Aspectos Sociais	Falta organização das demandas sociais	Educação de 5ª. a 8ª. e ensino médio	Demanda estadual
	Creches.	Estrutura para escolas integrais.	Falta de comunicação entre as Secretarias, para melhor utilização dos recursos, pessoais e econômicos.
	Educação de 5ª. a 8ª. e ensino médio Organizar toda a rede de atendimento básico á saúde	Organizar toda a rede de atendimento básico á saúde.	Serviços deficitários, sem coordenação entre as diversas secretarias e a população.
	Estrutura habitacional municipal com sérios problemas de ocupação desordenada em áreas de restrição Ambiental	Integração junto ás outras atividades educativas e Sociais da cidade	Casas em sub-condições de habitação, ambiente insalubre.
	Demanda estadual	Demanda estadual	Demanda estadual de Educação
		Áreas de restrição Ambiental.	Posto policial e policiais nos Bairros
			Integração junto ás outras atividades educativas e Sociais da cidade
Infra-Estrutura e Serviços		Transporte	Não tem sistema de esgoto, o que pressiona o sistema de água pluvial. Provocando graves problemas de enchente e alagamento habitacional.
	Energia Elétrica	Sistema de esgoto,	Estrutura habitacional municipal com sérios problemas de ocupação desordenada em áreas de restrição Ambiental
	Sistema Viário e Transporte	Falta atendimento de serviços básicos a população em situação de risco	Demanda estadual
	Desordenado.		
Demandas Sociais	Os Serviços não atende a demanda	Integração entre serviços municipais e comunidade, ampliação dos atendimentos de serviços emergenciais.	Grave problema com sistema de coleta de lixo, que acaba por pressionar outros serviços municipais.

1.1.1 Análise de Pesquisa de Campo

Nas reuniões com a comunidade de Paranaguá foi possível detectar vários problemas nos diversos Bairros. Como é possível perceber na agenda de reuniões, a cidade foi dividida por regiões, sendo que em algumas não houve reunião por falta de participação da população. Podemos destacar a reunião do dia 26/11/2005, observando que a escola onde ocorreria a reunião estava fechada e, depois de algum tempo de espera sem conseguir localizar os responsáveis, a reunião foi cancelada.

As principais questões apontadas pela população estão relacionadas à habitação, saúde e renda. Como se observou, as divisões apresentadas nos Quadros 2 e 3 são apenas didáticas, pois os temas sociais, econômicos ou ambientais constituem uma rede onde não é possível resolver apenas um dos problemas isoladamente e somente com políticas públicas amplas e integradas será possível atender parte das demandas emergenciais da população.

Para as Ilhas (também aqui incluídas áreas continentais cujo acesso só é possível de barco – Comunidades Insulares) e Colônias, os problemas quase sempre estão relacionados ao uso do meio ambiente, de onde tiram sustento *in natura* ou é base da renda monetária. Aqui, o tema recorrente da educação está relacionado à falta de acesso aos serviços de educação e saúde.

Nas reuniões com a comunidade destacam-se aspectos importantes relacionados às dificuldades de encontrar trabalho, o que interfere diretamente na renda do morador mais pobre e, indiretamente, no desenvolvimento mais harmônico da cidade, na medida em que a exigüidade de um mercado consumidor limita o desenvolvimento do comércio e de serviços. Destaca-se a questão da falta de cursos técnicos e profissionalizantes para que a população local possa se especializar para a exigência mercado no município, principalmente com relação a profissões voltadas às atividades do Porto.

Outros temas relacionados diretamente a administração pública tratam de atividades da Fundação Municipal de Cultura e Lazer, onde a alegação dos participantes das reuniões é a da inexistência ou precariedade de espaços para a prática de atividades esportivas e recreativas.

Porém, ao procurar as secretarias municipais responsáveis pelas diversas atividades citadas acima percebe-se que vários programas estão sendo desenvolvidos. A questão é que tais programas não atendem à totalidade das demandas sociais, ao mesmo tempo em que alguns não têm adesão comunal, por falta de comunicação entre poder público e cidadãos.

No que concerne às políticas de segurança pública, educação e saúde, apenas a de educação satisfazem as demandas sociais. No outro extremo, o maior grau de insatisfação manifesta nas reuniões foi com relação aos serviços prestados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Em relação aos órgãos representativos, os Conselhos são apresentados como ainda em fase de estruturação; as associações de moradores têm grande inserção política, mas ainda dependem das ações do poder público, apresentando carência de infra-estrutura e organização interna, de forma a fortalecer seu poder representativo.

Quanto aos bairros de Paranaguá, falta integração no conjunto de informações, bem como carecem de articulação reivindicativa entre eles. Já as comunidades insulares e as comunidades rurais não têm integração nem com o núcleo central do município nem com os bairros. Isso faz com que o quadro das demandas deva ser analisado separadamente – área urbana, área rural e comunidades insulares – pois cada uma dessas áreas tem suas especificidades e demandas.

Aspecto importante a salientar é que tais problemas já foram citados em alguns documentos de pesquisas publicados tais como: *Meio Ambiente e Desenvolvimento no Litoral do Paraná: Diagnóstico e Meio Ambiente e Desenvolvimento no Litoral do Paraná: Subsídios à Ação*, ambos organizados por Renato Eugenio de Lima e Raquel R.B. Negrelle e publicado pela Editora da Universidade Federal do Paraná. Tal exemplificação de trabalhos sobre Paranaguá mostra o caráter histórico dos problemas sociais, ambientais, territoriais e estruturais de Paranaguá.

Cabe destaque para as condições de vida das famílias que vivem no **Lixão da Cidade**. Vivem, sim, pois seus barracos de plástico estão construídos sobre o lixo, de onde também tiram seu sustento, condição sem nenhuma dignidade humana. Quando da visita ao local, juntamente com funcionários da Prefeitura, as pessoas que ali estavam procuravam esconder os rostos quando perceberam que fotografávamos, demonstrando claramente a consciência e a vergonha de sua exclusão total dos benefícios da vida urbana, pela falta de opção de sustento no que se entende de mínimo de inserção na vida produtiva de uma comunidade. O mais grave é vermos, na cidade que ocupa o 7º lugar no ranking de riqueza econômica e o 58º lugar no IDH-M do Paraná, pessoas que estavam no local disputando seu alimento com os urubus.

Concluindo, a experiência de ouvir a população, deixando-a falar sobre suas condições sociais como moradores do município de Paranaguá, é de extrema importância, devendo tais vozes serem ouvidas e reproduzidas integralmente, pois é a partir delas que se pode pensar em políticas sociais que melhor atendam suas demandas.

1.2 Atividades da Prefeitura de Paranaguá na Área de Seguridade Social

Neste item apenas relatam-se as informações fornecidas pela Secretaria Municipal da Criança e Ação Social. É a secretaria que atende as demandas das populações carentes e atua em parceria com programas do governo federal através do recebimento de verbas específicas. Realiza as seguintes atividades:

- Atendimentos diários quanto ao **Plantão do Serviço Social** que acontece das 13:00 às 18:00, realizando triagem, orientação e concessão dos benefícios quando verificado a necessidade, após avaliação do caso;
- Atendimento do **Beneficiário de Prestação Continuada**, realizada em parceria com o INSS, aos idosos acima de 65 anos que comprovarem a sua dificuldade de subsistência e aos portadores de necessidades especiais que comprovarem sua incapacidade para o trabalho, sendo a perícia, de ambos os casos, realizada pelo setor competente do INSS;
- **Conferências Municipais:** A Secretaria da Criança realiza junto com os Conselhos Municipais da Criança e Adolescente e da Assistência, as conferências municipais de 02 em 02 anos.

Nos projetos sociais ofertados pela Secretaria Municipal da Criança e Ação Social, estão incluídos:

- **Formando Cidadão:** Trata-se de um projeto do estado do Paraná, é realizado em parceria com a Polícia Militar, atende momento -- crianças na faixa etária de_10_a_17__. O contraturno é realizado no espaço do Quartel da P.M., todos os dias pela manhã.
- **Programa PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil:** é um programa do governo Federal, realizado em parceria com os municípios. Em Paranaguá acontece no espaço municipal onde funciona também o Albergue Municipal. O programa contempla criança (0-14 anos);

- **Albergue Municipal:** O trabalho é executado pelo Plantão do Serviço Social da Secretaria e dentro do albergue existe estatuto próprio de funcionamento.
- **Programa Bolsa Família:** o referido programa é do Governo Federal e é executado pela Secretaria através do Cadastro Único.
- **Programa do Leite:** Trata-se de um programa do Governo Estadual, que atende famílias carentes com uma cota mensal de leite por família;
- **Casas Lares:**
 - **Lar dos Meninos:** Realiza um trabalho para abrigar crianças e adolescentes, do sexo masculino, na faixa etária de 0 a 18 anos, em parceria com Ministério Público e Conselho Tutelar. O gerenciamento, a organização e administração são de responsabilidade da Secretaria.
 - **Lar das Meninas:** Da mesma forma que o Lar dos Meninos, o Lar das Meninas é administrado pela equipe da Secretaria, realizando ainda, com a equipe técnica da Secretaria (psicologia e Assistência Social), a ponte entre o lar e o Ministério Público, para acompanhamento dos casos de abandono e destituição do Pátrio Poder.
 - **Lar do Idoso:** A Secretaria disponibiliza de um técnico do Serviço Social que realiza o atendimento aos casos de denúncia de maus tratos e encaminhamentos para o Ministério Público.
- **Conselho Tutelar:** A equipe técnica da Secretaria realiza atendimentos e acompanhamentos dos casos encaminhados pelo Conselho Tutelar.
- **Atendimento de Drogadição:** A Secretaria disponibiliza um psicólogo para realização dos atendimentos de crianças e adolescentes dependentes químicos encaminhados pelo Conselho Tutelar e pelos Projetos Sociais realizados pela Secretaria.
- **Programa Sentinela:** Trata-se de um Programa Federal, executado pela Secretaria da Criança, que atende criança e adolescentes que sofrem abuso sexual. A equipe de trabalho é composta por 1 coordenador , 1 psicólogo, 2 assistentes sociais, 4 educadores, 2 seguranças, 2 motoristas e 2 serventes.
- **Conselhos Municipais:**
 - Conselho Municipal da Assistência Social;
 - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- Conselho Municipal do Idoso – em processo de implantação.

Como pode-se observar nas informações acima descritas, a Secretaria da Criança e da Ação Social contém muitos programas, sendo que a maior parte deles está diretamente relacionada às políticas de inclusão social do Governo Federal. Este relatório não contempla informações quantitativas sobre os atendimentos feitos por essa Secretária, bem como não consta a existência de nenhum cadastro contendo levantamento sobre as demandas do município. O que se pode verificar, nesse caso, é a falta de foco em uma política pública de atendimento às populações em situação de risco social no município. Afirma-se isso porque, pelo que foi verificado em visita técnica à secretaria em questão, há uma absoluta falta de estrutura física para o atendimento e desenvolvimento dos trabalhos. Dessa forma, até mesmo os programas federais e estaduais que exigem contrapartida do município ficam comprometidos.

Isso não quer dizer que o município não tenha ações de atendimento a esses grupos sociais em outras políticas setoriais municipais, desenvolvidas nas secretarias de saúde, educação, habitação, agricultura e pesca. Assim, o que falta é integração entre os serviços ofertados pela prefeitura. Através de uma ação integrada, envolvendo as diversas instituições municipais, é possível dinamizar e dar maior visibilidade aos programas de atendimento à população carente.

Vale salientar que a definição de diretrizes e a implementação de ações para com a população em situação de risco social podem ser feitas por uma secretaria específica para esse fim. Porém, isso não exclui as ações tradicionais e permanentes já desenvolvidas. Em outras palavras, não se deve, com a criação de uma secretaria de bem-estar social, por exemplo, retirar da secretaria de saúde as ações voltadas à população em risco social.

A posição que se defende aqui é de uma melhor reflexão sobre a oportunidade de uma secretaria cujo alvo seja unicamente a população carente, porque, além de não se resolver os problemas da pobreza (que são decorrentes das condições econômicas, sociais e culturais) pode facilmente estigmatizar a população que recebe tal atendimento, bem como os profissionais que estejam aí alocados.



Foto 1 – Reunião Ilha do Amparo



Foto 2 – Reunião Ilha do Amparo



Foto 3 – Reunião Escola Municipal Arminda Pereira



Foto 4 – Reunião Escola Rural Municipal José Chemure



Foto 5 – Reunião Escola Municipal Tiradentes